



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ NOVEMBRO

DEZEMBRO 2022

ÍNDICE

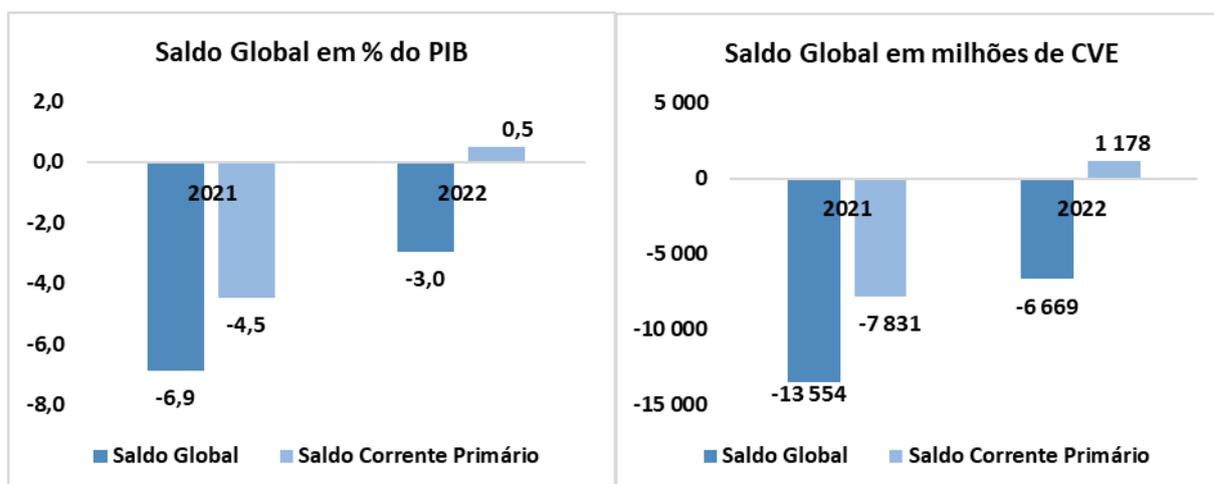
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	2
2.	Análise das Receitas Totais	4
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	5
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Projetos em Resposta à Covid-19	15
5.	Dívida Pública	17

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global acumulado de janeiro a novembro de 2022 regista um montante de 6.668,7 milhões de CVE, traduzindo-se num défice de 3,0% do PIB¹. Esse resultado assinala uma redução de 3,9 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 5,0 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,5%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra na Ucrânia e algum efeito do risco cambial. Isto, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em novembro de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 32,2% (+11.663,7 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 10,1% (+4.715,9 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

- o pessoal, Juros correntes, outras despesas, subsídios, aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- o do ligeiro acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 1,9% (+62,1 milhões de CVE), justificado por vendas dos ativos financeiros inferior ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022			Grau OI	Exec. Rep.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Nov	Orç. Inicial	Orc. Reprog	Nov			
1. Total Receitas	52 520	36 200	58 196	54 270	47 863	82,2	88,2	32,2
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 269	34 787	54 215	50 288	45 875	84,6	91,2	31,9
Impostos	35 303	30 058	41 184	38 215	40 127	97,4	105,0	33,5
Segurança Social	71	65	71	71	68	95,8	95,8	4,1
Transferências (donativos)	5 250	1 413	3 982	3 982	1 988	49,9	49,9	40,7
Corrente	3 877	1 291	2 820	2 820	1 398	49,6	49,6	8,3
Capital	1 373	122	1 162	1 162	351	30,3	30,3	187,7
Outras Receitas	11 896	4 664	12 960	12 002	5 681	43,8	47,3	21,8
2. Total Despesas	63 473	46 469	62 112	60 638	51 185	82,4	84,4	10,1
Despesas com Pessoal	24 480	19 318	24 326	23 262	19 849	81,6	85,3	2,7
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	7 328	12 390	11 296	8 813	71,1	78,0	20,3
Juros Correntes	4 485	3 851	5 541	5 805	4 740	85,5	81,7	23,1
Subsídios	1 116	801	1 008	1 409	1 602	158,9	113,7	100,0
Transferências	7 847	4 855	6 663	6 097	4 929	74,0	80,8	1,5
Corrente	7 277	4 714	6 097	6 097	4 579	75,1	75,1	-2,9
Capital	570	140	566	566	349	61,7	61,7	148,8
Benefícios Sociais	9 179	8 407	8 316	8 901	8 011	96,3	90,0	-4,7
Outras despesas correntes	4 075	1 270	3 868	3 868	2 443	63,2	63,1	92,3
Valor a regularizar		640	0	0	799	-	-	24,8
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-10 269	-3 916	-6 369	-3 321	84,8	52,2	-67,7
4. Ativos não Financeiros	9 863	3 285	10 217	7 186	3 347	32,8	46,6	1,9
Compra ativos não financeiros	11 353	3 957	10 625	7 834	3 781	35,6	48,3	-4,5
Venda ativos não financeiros	1 490	672	408	648	434	106,4	66,9	-35,5
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-13 554	-14 134	-13 555	-6 669	47,2	49,2	-50,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-10,6	-6,9	-6,3	-6,0	-3,0	-	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-7 831	1 029	-1 160	1 178	-	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-3,7	-4,5	0,5	-0,5	0,5	-	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-9 703	-8 592	-7 750	-1 929	-	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-8,3	-4,9	-3,8	-3,4	-0,9	-	-	-
6. Financiamento	20 816	13 050	14 134	13 555	6 271	-	-	-
6.1 Ativos Financeiros	934	1 746	-4 363	-1 455	-203	-	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	2 401	120	120	156	-	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-1 035	-2 513	-2 910	-977	-	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-810	-2 651	-2 151	-2 385	-	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	1 190	681	3 486	3 002	-	-	-
6.2 Passivos Financeiros	19 882	11 304	18 497	15 010	6 475	-	-	-
Interno líquido	5 402	4 737	11 412	7 501	8 103	-	-	-
Sistema bancário		3 387			9 898	-	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações L	-185	-129	-185		-113	-	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesou		25			181	-	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em		-2 184			-763	-	-	-
Outras operações de tesouraria		395			-3 061	-	-	-
Sistema não bancário		3 244			1 961	-	-	-
Externo líquido	14 481	6 567	7 085	7 509	-1 629	-	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	10 186	16 089	16 672	5 015	-	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-3 619	-9 005	-9 163	-6 644	-	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-504	0	0	-397	-	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até novembro de 2022 cifraram-se em 48.297,1 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 31,0%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022			Grau Exec. OI	Tax. Hom	
	Orç. Ret.	Nov	Orç. Inicial	Orc. Reprog	Nov			
Impostos	35 303	30 058	41 184	38 215	40 127	97,4	105,0	33,5
Imposto único sobre rendimentos	9 271	7 746	11 230	9 317	8 712	77,6	93,5	12,5
IR-PS	6 026	5 166	6 799	6 232	5 665	83,3	90,9	9,7
IR-PC	3 244	2 581	4 431	3 084	3 047	68,8	98,8	18,1
Outros impostos directos	595	342	649	-	497	76,6	-	45,1
Tributo Especial Unificado - TEU	570	342	617	-	496	80,4	-	44,9
Taxa de Incêndio	25	0	31	-	1	1,9	-	29,2
Imposto sobre bens e serviços	17 269	14 419	20 129	18 799	21 057	104,6	112,0	46,0
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	11 549	15 826	14 847	16 305	103,0	109,8	41,2
IVA DGA	7 425	7 349	8 934	8 738	9 973	111,6	114,1	35,7
IVA DGCI	6 585	4 200	6 892	6 109	6 332	91,9	103,7	50,8
Imposto consumo especial	1 955	1 744	2 477	-	2 884	116,4	-	65,4
Taxa de Tabaco	133	176	323	-	335	103,9	-	90,2
Contribuição turística	248	97	475	-	646	136,2	-	565,7
Taxa ecológica	674	599	728	-	632	86,8	-	5,5
Taxa estatística aduaneira	250	254	300	-	253	84,5	-	0,0
Impostos sobre transações internacionais	7 471	6 943	8 407	8 973	9 125	108,5	101,7	31,4
Direitos de importação	7 154	6 650	8 067	-	8 732	108,2	-	31,3
Taxa comunitária CEDEAO	317	293	340	-	393	115,5	-	33,9
Outros impostos	697	607	769	727	737	95,8	101,3	21,3
Imposto de selo	664	581	719	-	685	95,3	-	17,9
Imposto especial sobre jogos	33	26	50	-	52	103,9	-	96,6
Segurança Social	71	65	71	71	68	95,8	95,8	4,1
Taxa social única	0	0	71	71	0	0,1	0,1	88
Contribuições para a segurança social	71	65	0	0	67	-	-	4,1
Outras Contribuições	0	1	0	0	0	-	-	-2,0
Transferências	5 250	1 413	3 982	3 982	1 988	49,9	49,9	40,7
De Governos Estrangeiros	4 525	538	3 378	-	1 259	37,3	-	133,8
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	-	221	26,7	-	-
Ajuda Alimentar	321	92	300	-	121	40,2	-	31,3
Donativos directos	3 175	446	2 253	-	918	40,7	-	105,6
De Organizações Internacionais	218	474	80	-	386	482,2	-	-18,7
Das Administrações Públicas	508	401	523	-	344	65,7	-	-14,1
Outras Receitas	11 896	4 664	12 960	12 002	5 681	43,8	47,3	21,8
Rendimentos de propriedade	4 922	982	5 444	5 218	321	5,9	6,1	-67,4
Venda de bens e serviços	5 663	3 767	5 957	5 212	4 802	80,6	92,1	27,5
Multas e outras penalidades	212	148	342	357	227	66,6	63,7	53,6
Outras transferências	314	51	337	-	110	32,5	-	114,3
Outras receitas diversas e não especificadas	785	146	880	1 215	221	25,2	18,2	51,9
Receitas	52 520	36 200	58 196	54 270	47 863	82,2	88,2	32,2
Ativos e Passivos	1 490	672	408	648	434	106,4	66,9	-35,5
Ativos não Financeiros	1 490	672	408	648	434	106,4	66,9	-35,5
TOTAL RECEITAS	54 010	36 872	58 604	54 918	48 297	82,4	87,9	31,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até novembro de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 47.863,3 milhões de CVE, registando um acréscimo de 32,2%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (13,8%), dos impostos indiretos (+40,7%), segurança social (+4,1%) e outras receitas (+21,8%) e dos donativos recebidos (+40,7%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 13,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 5.665,1 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 499,6 milhões de CVE (+9,7%), resultante da evolução positiva de todas as categorias que compõem esta rúbrica, assim distribuídos: Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente e pensões (+109 milhões de CVE); Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais (+243 milhões de CVE); Categoria C – Rendimentos prediais (+23 milhões de CVE); Categoria D - Rendimentos de capitais (+64 milhões de CVE) e Categoria E – Ganhos patrimoniais (+40 milhões de CVE). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete, ainda, o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu no período, cerca de 53 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 3.046,6 milhões de CVE, dos quais, 1.346 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 1.701 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 466 milhões de CVE (+18,1%) e abaixo da previsão, em 1.222 milhões de CVE (-27,4%). O desvio negativo em termos previsionais reflete, por um lado, a não cobrança do montante previsto para o mês de maio com a entrega das contas, cujo remanescente ainda por cobrar ascende 274 milhões de CVE, e por outro, a expectativa de cobrança projetada para o ano. É de realçar, que a cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto totalizou, no período, 397 milhões de CVE.

Importa salientar ainda, que o montante cobrando, no período, correspondeu ao pagamento de 1.599 contribuintes, dos quais, 1.070 com variações positivas, 521 com variações negativas e 8 com variações nulas quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e que 68,1% do montante cobrado concentraram em 50 contribuintes.

No período, a média mensal de cobrança do imposto ficou pelos 277 milhões de CVE, valor ainda, aquém dos registados antes da pandemia (450 milhões de CVE).

- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 496,4 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 153,9 milhões de CVE (+44,9%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento das atividades económicas e pelo do pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 37 milhões de CVE. Em relação a previsão, a execução ficou abaixo do previsto em 75 milhões de CVE (-12,6%).
- A Taxa de incêndio registou uma arrecadação 0,6 milhões de CVE, um acréscimo de 29,2% (+0,1 milhões de CVE) quando comparado ao mesmo período de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 40,7% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 16.305,3 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 4.756,4 milhões de CVE (+41,2%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 35,7% (+2.624,5 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 50,8% (+2.131,9 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor de construção civil e da administração pública, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de alojamento e restauração (+1.138 milhões de CVE), de informação e comunicação (+247 milhões de CVE), de transporte e armazenagem (+188 milhões de CVE), das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+138 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+128 milhões de CVE) e da indústria transformadora (+142 milhões de CVE).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 56 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.741 em 2021 para 2.007 em 2022. Dos contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto no período (2.007), 1.426 apresentaram variações positivas, cujo montante ascendeu 2.927 milhões de CVE, 575 com variações negativas no montante de 683 milhões de CVE e 6 com variações nulas, face ao mesmo período do ano passado, sendo 50 responsáveis por mais de 62,7% do total da receita cobrada em sede deste imposto.

No período, o IVA registou uma média mensal de cobrança de 575 milhões de CVE, pelo que não obstante o crescimento considerável verificado, ainda não atingiu a média de cobrança dos dois anos anteriores a pandemia, cuja média mensal fixou em 700 milhões de CVE.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 646,3 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 549,2 milhões de CVE, representando um aumento exponencial face ao montante cobrado no mesmo período de 2021, o que demonstra a retoma da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 31,4% (+ 2.181,8 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 31,3% (+2.082,3 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, mas também pelo agravamento de taxas, e na Taxa Comunitária CEDEAO de 33,9% (+99,5 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 17,9% (+103,8 milhões de CVE). Este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 51,5 milhões de CVE, registado um aumento de 25,3 milhões de CVE. Esta evolução positiva reflete a

retoma da atividade turística, por este ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.

- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 335,2 milhões de CVE correspondente a um aumento de 159,0 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 253,5 milhões de CVE tendo uma variação nula em relação ao mesmo período de 2021.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.987,9 milhões de CVE, traduzindo-se num de acréscimo de 40,7% (+575,0 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em 133,8%, (+720,2 milhões de CVE), no tocante aos donativos cuja execução no período atingiu os 917,7 milhões de CVE conjugado com a diminuição das transferências de organizações internacionais de 18,7% (-88,5 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 21,8% (+1.016,7 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (-67,4%; -661,2 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+27,5%; 1.034,5 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de secretaria, de passaportes, de serviços médico – hospitalar, segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas dos registos e notariado, dos portos e capitánias bem como serviços de polícia e fronteira;
- Outras transferências (+114,3%; +58,5 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em novembro de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 35,5% (-238,5 milhões de CVE) comparativamente a novembro de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda imóveis e edifícios.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em novembro de 2022, atingiram os 54.965,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 9,0% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			Grau Exec.		Tax. Hom
	Orç. Ret.	Nov	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Nov	OI	Rep.	
Despesas com Pessoal	24 480	19 318	24 326	23 262	19 849	81,6	85,3	2,7
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	18 312	22 206	-	18 113	81,6	-	-1,1
Segurança Social	2 098	1 005	2 120	-	1 736	81,9	-	72,7
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	7 328	12 390	11 296	8 813	71,1	78,0	20,3
Juros Correntes	4 485	3 851	5 541	5 805	4 740	85,5	81,6	23,1
Dívida interna	3 343	2 994	3 413	3 646	3 069	89,9	84,2	2,5
Dívida externa	1 044	834	2 052	2 063	1 635	79,7	79,2	96,1
Outros encargos	98	22	76	97	36	47,2	37,3	60,5
Subsídios	1 116	801	1 008	1 409	1 602	158,9	113,7	100,0
Transferências Correntes	7 847	4 855	6 663	6 097	4 929	74,0	80,8	1,5
Governos Estrangeiros	1 188	83	504	-	139	27,7	-	68,5
Organismos Internacionais	465	65	472	-	19	4,0	-	-70,8
Administração Pública	6 194	4 707	5 687	-	4 770	83,9	-	1,3
Benefícios Sociais	9 179	8 407	8 316	8 901	8 011	96,3	90,0	-4,7
Outras Despesas Correntes	4 075	1 270	3 868	3 868	2 443	63,2	63,1	92,3
Valor a regularizar	0	640	0	0	799	-	-	24,8
Despesas	63 473	46 469	62 112	60 639	51 185	82,4	84,4	10,1
Ativos e Passivos	11 353	3 957	10 625	7 834	3 781	35,6	48,3	-4,5
Ativos não Financeiros	11 353	3 957	10 625	7 834	3 781	35,6	48,3	-4,5
TOTAL DESPESAS	74 826	50 426	72 737	68 473	54 966	75,6	80,3	9,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.2. Despesas

A 30 de novembro de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 51.184,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 10,1% em relação ao executado de janeiro a novembro de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, subsídios (+100%), outras despesas (+92,3%), Juros correntes (+23,1%), aquisição de bens e serviços (+20,3%), despesa com o pessoal (+2,7%) e transferências (+1,5%), conjugado com a diminuição de despesas em Benefícios Sociais (-4,7%) conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 2,7% (+531,1 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
 - i. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021;
 - ii. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização; e
 - iii. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021.

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 20,3% (+1.485,4 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+435,5 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; execução do projeto “Centro de Simulação Médica” no âmbito do contrato de aquisição de serviços para assistência técnica na criação do Centro Clínico Integrado de Simulação Biomédica de Cabo Verde ao Sector de saúde;
 - ii. “Deslocação e estadas” (+265,6 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Ministério da Saúde, Ministério das Finanças e do Fomento

- Empresarial, Ministério da Educação, Gabinete do Primeiro Ministro, Presidência da República e Ministério da Agricultura e ambiente;
- iii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+190,7 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro)” e prestação de serviços pela equipa cubana ao sector de Saúde.
 - iv. “Produtos Alimentares” (+176,8 milhões de CVE) com realce ao sector de Defesa na confeção e reforço alimentares para militares, à Direção de Serviços Prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos e ao sector da Educação no âmbito de fornecimento de géneros alimentício às Cantinas Escolares, com destaque às medidas implementadas no âmbito da segurança alimentar;
 - v. Formação” (+79,5 milhões de CVE), no âmbito das despesas com bolsa de Estudos e na sequência da retoma da ação de formação, suspensas em 2021 devido as restrições da covid-19, destacando o sector de Educação;
 - vi. “Outros Bens” (+102,3 milhões de CVE) com destaque aos sectores de Agricultura e Ambiente, Saúde, Indústria, Comércio e Energia, Mar, Administração Interna, Educação e Finanças e do Fomento Empresarial em face ao aumento de preços;
 - vii. “Energia Elétrica” (+114,6 milhões de CVE) como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e aumento de preços, sendo essa execução com maior ênfase aos Ministérios de Saúde, Educação, Administração Interna, Finanças e Fomento Empresarial, Agricultura e Ambiente, Defesa Nacional, Justiça, Assembleia Nacional;
 - viii. “Combustível e lubrificantes” (+104,3 milhões de CVE) com despesas mais significativos nos sectores da Administração Interna, de Saúde, Defesa Nacional, Agricultura e Ambiente, Educação, Justiça e Finanças e do Fomento Empresarial em face ao aumento de preços.

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 23,1% (+889,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 96,1% (+801,5 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 100,0% (+800,8 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho e da compensação financeira decorrente da aplicação do milho e da farinha fixados na resolução 60/21 de 31 de maio.
- Os “Benefícios Sociais” diminuíram 4,7% (-396,0 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 62,1% (-852,7 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,7% (+357,5 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 12,1% (+35,4 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram um aumento de 1,5% (+73,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica (i) outras transferências correntes em +68,2 (+47,1 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista; (ii) acréscimo de Outras Transferências Administrações Públicas Correntes em +20,4%

(+177,0 milhões de CVE) no âmbito da atualização e renovação do protocolo de prestação de serviços assinados entre DGEFPEP & NOSI na prestação de serviços, memorando de entendimento FPEF e CERMI na realização de ações de formação e despesas no âmbito do programa turismo de natureza;

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um aumento de 92,3% (+1.172,7 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente (i) do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente, (ii) da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, (iii) do pagamento de prémios de 2º classificado no Can 2022 da seleção Andebol Sénior Masculino; (iv) do pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais e (v) do pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em novembro, situou-se na ordem dos 798,9 milhões de CVE, dos quais 793,7 milhões de CVE é referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, mediante a apresentação dos balancetes periódicos daquelas entidades e 5,2 milhões de CVE referente às operações de tesouraria por regularizar.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 3.781,1 milhões de CVE, equivalente 35,6% do total do orçamento (48,3% face ao orçamento reprogramado) e registou uma variação negativa em termos absolutos, de 176,4 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 838,0 milhões de CVE; “Terminal de Cruzeiros” com 808,6 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 317,6 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 247,3 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 79,8 milhões

de CVE; “Manutenção e aquisição de equipamentos no Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 71,6 milhões de CVE; “Centro de Artesanato de São Vicente” com uma execução de 66,0 milhões de CVE; “Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça” com uma execução de 58,8 milhões de CVE; “Melhoria da Gestão de RSU” com uma execução de 58,1 milhões de CVE; “Construção Centro Ambulatório Hospital B. Sousa” com uma execução de 55,7 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (POSER - Clima)” com uma execução de 55,0 milhões de CVE; “Saneamento De Porto Novo” com uma execução de 53,1 milhões de CVE; “Construção Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução 52,7 milhões de CVE; “Eletrificação Rural” com uma execução de 46,4 milhões de CVE; “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 40,3 milhões de CVE; e “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” com uma execução de 32,9 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 92,1% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 7,9% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 1.516,5 milhões de CVE, equivalente a 34,9 % do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maior execução, a Holanda com 238,0 milhões, o Luxemburgo com 234,5 milhões de CVE, as Nações Unidas com 189,0 milhões de CVE, o P.N.U.D com 160,0 milhões de CVE, *Global Environment Fund* com 119,9 milhões de CVE, o Portugal com 81,3 milhões de CVE, a O.M.S com 75,8 milhões de CVE, a União Europeia com 68,3 milhões de CVE, a F.I.D.A com 62,5 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com 59,8 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam, a 2.764,8 milhões de CVE, equivalente a 63,7% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 16 programas, com destaque a “Infraestruturação Modernas e Seguras” (1.030,4 milhões

de CVE) com realce ao projeto “Terminal de Cruzeiro”, cuja execução atingiu os 787,9 milhões de CVE; a “Reforma de Estado” (583,8 milhões de CVE); “Educação de Excelência” (283,2 milhões de CVE), a “Garantia de Acesso ao Rendimento, á Educação, aos Cuidados e á Saúde” (252,5 milhões de CVE), a “Transformação da Agricultura” (151,2 milhões de CVE), e ao Desenvolvimento Integrado de Saúde” (96,4 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Novembro	Grau Exec.	Peso %
Interno	61 480	50 626	137,8	92,1
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	50 151	82,7	99,1
OFN	864	476	55,0	0,9
Externo	11 257	4 340	38,5	7,9
Donativo	2 444	1 517	62,1	34,9
Empréstimo	8 523	2 765	32,4	63,7
Ajuda alimentar	290	58	20,1	1,3
Total da Despesa	72 737	54 966	75,6	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à covid-19, até novembro de 2022, totalizaram 900,8 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 61,1%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	61,2	40,5	4,5%
Empréstimo	587,0	348,9	38,7%
Tesouro	827,3	511,4	56,8%
Total Geral	1 475,5	900,8	100,0%

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Síntese de Execução Orçamental – novembro 2022

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de novembro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 56,8%, por empréstimo em 38,7% e por donativos em 4,5%.

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27,3	17,2	62,9
	Banco Mundial/Empréstimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20,1	0,0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total			47,4	17,2	36,2
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	184,4	96,4	52,3
	DONATIVOS INTERNOS/Empresas Públicas E Privadas	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	8,7	0,0	0,0
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	24,7	23,4	94,6
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	0,5	0,0	0,0
	Tesouro	Prevenção E Combate A Coronavírus	463,8	295,4	63,7
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28,2	4,6	16,3
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	19,4	64,7
07.00.07 - Saúde Total			930,4	540,7	58,1
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15,0	8,6	57,1
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			15,0	8,6	57,1
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27,1	23,9	88,3
07.00.09 - Educação Total			27,1	23,9	88,3
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	170,6	57,9	33,9
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	211,9	194,6	91,8
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	25,0	22,2	88,8
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	47,7	35,8	75,1
07.00.10 - Protecção social Total			455,2	310,5	68,2
Total Geral			1 475,0	900,8	61,1

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (401,5 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (288,3 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (96,4 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (23,9 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde no Combate à Covid19” (23,4 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (22,2 milhões de CVE).

5. Dívida Pública

Em 30 de novembro de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 293.133,3 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 91.691,1 milhões de CVE (40,6% do PIB) e à dívida externa 201.442,2 milhões de CVE (89,2% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 129,8%, cerca de 9,1 p.p. abaixo do registado em novembro de 2021.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	novembro 21	novembro 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	273 430,2	293 133,3	7,2	138,9	129,8
Dívida Interna	81 045,3	91 691,1	13,1	41,2	40,6
Dívida Externa	192 384,9	201 442,2	4,7	97,7	89,2

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasings* do PIB.

